

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT09.001

# O ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL E A ESTRATÉGIAS LÚDICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM COMO (RE)AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS SOCIAS E INDIVIDUAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Emanuelle Correia da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

A Educação Infantil consiste no primeiro estágio da escolarização básica. Essa modalidade de ensino pode ser dividida em duas etapas: creches e pré-escolas, que tem como público alvo crianças de 0-5 anos de idade. O trajeto histórico da Educação Infantil no Brasil é decorrente de lutas e pautas sociais, sua concretização como um direito concebido a primeira infância, foi impulsionado, sobretudo, pela inserção da mulher no mercado de trabalho e por um viés de assistencialismo. É por meio desse primeiro contato com a escola que a criança amplia suas interações e (re) afirma alguns direitos sociais como: lazer, saúde, cuidar, educar, brincar, se relacionar entre outros. Subsequente das diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, é inegável afirmar que muitas crianças nunca obtiveram acesso à escola nesse período da infância, e com a negação ou escassez desse direito, tantas outras garantias também não lhes alcançaram. Desse modo, neste trabalho apresentamos através de análises teóricas a importância do acesso a escolarização na primeira infância e de um projeto de ensino-aprendizagem pautado no lúdico, tendo como eixos norteadores as interações e brincadeiras, com o objetivo

1 Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - PPGE/UFAL, [emanuelle.silva@cedu.ufal.br](mailto:emanuelle.silva@cedu.ufal.br)

de promover e ampliar os direitos individuais, sociais e culturais, bem como o desenvolvimento integral dos indivíduos e o reconhecimento destes como sujeitos históricos capazes de criar culturas nas infâncias.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Criança. Desenvolvimento. Direito. Interações e brincadeiras.

## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil consiste em uma etapa de ensino muito significativa e marcante na vida de uma criança. Ao inserir a criança em uma instituição educativa, os pais e familiares tomam tal decisão com muita cautela e com grandes expectativas por acreditarem que será um marco de muitas descobertas e trocas significativas.

Grandes estudos e descobertas científicas dedicados a explorar o desenvolvimento infantil no decorrer do últimos anos, afirmam que durante a primeira infância (período caracterizado desde o nascimento até por volta dos 6 anos de idade), a criança tem seu cérebro sendo moldado por uma incrível plasticidade dos neurônios, que proporcionam uma capacidade ampla de aprendizagem através dos estímulos, afeto, cuidado, proteção, uso dos recursos lúdicos e das brincadeiras como fatores que propiciam descobertas de novas experiências e construção de novas conexões influenciadas pelo contexto sociocultural. É bem provável também mensurar que fatores de riscos como violência, falta de acesso à educação, saúde, moradia e alimentação tem o efeito negativo que podem comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e estrutural da infância.

Durante a história da humanidade, ao pararmos para analisar as estruturas sociais de épocas mais remotas (a exemplo da idade média), em algumas sociedades, é possível constatar que durante algum tempo grupos sociais foram marginalizados e anulados dos direitos básicos e humanos, dentre eles podemos citar as mulheres, negros, pessoas com deficiências e inclusive as crianças que até por volta do século XIII ao século XVII eram vistas e tratadas como pequenos adultos, desprovidas de direitos e cuidados específicos, como a educação formal. Philippe Ariés, mostra em seus estudos que no século XVII jogos de crianças e adultos não possuíam diferenciação, nessa época a educação era baseada apenas no convívio social. Ou seja, o que diferia as crianças dos adultos era a estatura física apenas, tendo ambos a mesma responsabilidade social, carecendo de uma abordagem e discussão social da infância.

Os direitos e conquistas da criança são resultantes de lutas históricas, de movimentos e levantes sociais recentes, sobretudo, principalmente com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho em que aumentou a busca pela escolarização de crianças pequenas (0 – 6 anos) e estas passaram a adentrar mais cedo nestes espaços educativos. No Brasil, as discussões em torno da Educação Infantil e do direito a escolarização na primeira infância, bem como a luta pelas creches e pré-escolas vem sendo discutidas desde a Constituição Federal de 1988, sendo fortalecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394/96) e tomando práticas mais concretas a partir das demandas sociais mais emergentes como o fortalecimento da mulher no mercado de trabalho, sendo amparado também pelas demandas legais como a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009) que discorre dos princípios, organização e práticas pedagógicas durante esta etapa de ensino.

Por meio dessa breve apreciação histórica do panorama geral da infância esperamos neste estudo identificar: Quais direitos as crianças tem usufruído no contexto educacional da primeira infância? De que maneira as instituições de ensino podem contribuir para (re) afirmar esses direitos?

Desta forma, neste trabalho expomos em linhas gerais um breve trajeto histórico da Educação infantil e a importância desta etapa para o desenvolvimento integral da criança, tendo por objetivos: 1. Estabelecer um breve panorama conceitual da infância; 2. Analisar como se estrutura (em termos pedagógico e organizacional) a educação infantil no Brasil; 3. Compreender a importância da Educação Infantil dentro de uma proposta lúdica de ensino para o desenvolvimento da criança, das suas garantias e dos direitos sociais.

Para compor este estudo optamos pelo uso da abordagem bibliográfica, por meio de uma revisão de literatura que busca estudos teóricos e empíricos através da base de dados Google Acadêmico, buscando uma análise e aprofundação teórica em publicações científicas e artigos publicados em periódicos, livros, análise de leis e políticas públicas voltadas à efetivação da Educação Infantil no Brasil.

O trabalho está organizado contemplando os seguintes tópicos e aspectos: a infância e seus desdobramentos para o desenvolvimento humano; a organização estrutural e pedagógica da educação infantil no panorama nacional conforme as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil; a importância da escolarização na primeira infância para o desenvolvimento integral da criança e garantias de direitos e o ensino lúdico na Educação Infantil: contribuições para uma proposta de desenvolvimento integral da criança. Esses elementos contemplados no decorrer do texto elencam e promovem uma discussão e reflexão que discorrem, em linhas gerais, sobre os aspectos históricos, normativos e práticos do panorama da educação infantil e seus desdobramentos para garantias dos direitos sociais.

## METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa em Educação, voltada para a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e à análise de contextos específicos. A pesquisa qualitativa, nesse campo, busca interpretar os fenômenos sociais a partir das experiências vividas, das relações estabelecidas e das particularidades do ambiente investigado.

Para embasar a análise, foram selecionados textos e referenciais teóricos que possibilitam o diálogo entre diferentes perspectivas sobre a Educação Infantil, situando as contribuições no cenário atual dessa etapa educativa.

Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa ocorre em espaços sociais marcados por configurações específicas e dinâmicas, onde as relações e os significados emergem de crenças, valores e atitudes dos sujeitos. Nesse sentido, tal abordagem não busca generalizações, mas a compreensão profunda dos fenômenos dentro de uma realidade contextualizada.

A construção do diálogo teórico foi realizada a partir das contribuições de autores que abordam o desenvolvimento humano e a Educação

Infantil, como Vygotsky (1989; 2007), Barbosa (2010), Rabello e Passos (2011), Silva e Abreu (2015), e Gobbi (2010) e outros. Esses referenciais forneceram subsídios para refletir sobre práticas, relações e processos formativos que envolvem crianças, educadores e o ambiente educativo.

Dessa forma, esta pesquisa se propõe a contribuir para a ampliação da compreensão sobre os fenômenos educativos na infância, valorizando a escuta sensível, a observação atenta e a análise crítica dos discursos e práticas que permeiam esse contexto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 A INFÂNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A infância é caracterizada como uma etapa que compreende desde o nascimento até a puberdade. Nesta fase do desenvolvimento humano ocorrem transformações que são consideradas marcos para o amadurecimento das estruturas cognitivas, sociais e para a formação da personalidade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA lei n°8069/90), em seu artigo 3° afirma que:

Art. 3° A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Os direitos concebidos a criança por meio dos marcos legais e normativos tais como: lazer, saúde, educação, moradia, esporte, proteção, entre outros, tem por intuito maior o desenvolvimento pleno e sadio destes sujeitos. É inegável afirmar que tais políticas de proteção à infância são frutos de conquistas e lutas sociais que por longos anos da História da humanidade foram invisibilizados.

Como umas das conquistas mais efetivas e marcantes dentro da legislação brasileira assegurada, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988 e posteriormente por outras legislações que vem tendo grande repercussão a partir da década de 1990, a escolarização na primeira infância trouxe um avanço significativo na melhoria dos índices sociais e conseqüentemente a redução de variáveis, tais como: a miséria, a pobreza, a mortalidade infantil, o direito da criança de receber um registro/nome/identidade.

Alguns teóricos que debruçaram seus estudos no desenvolvimento da infância expõem que a criança necessita de suporte e atividades direcionadas que sirvam como auxílio para seu crescimento. Segundo a teoria Histórico-cultural na perspectiva de Lev Vygotsky (2007) o sujeito se desenvolve a partir das trocas e interações sociais estabelecidas entre o meio em que vive, compreende-se por meio desta abordagem que a escolarização na primeira infância é um meio para que a criança amplie suas trocas entre os pares e estructure sua linguagem.

Rabello e Passos (2011) expressam a importância do estímulo e da aprendizagem para que a criança obtenha um crescimento pleno e conseqüentemente conquiste autonomia a partir de intervenções específicas, os autores afirmam que: “Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para andar sozinho. O caminho do desenvolvimento, dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta” (RABELLO e PASSOS, 2011, p.3)

Para Silva e Abreu (2015) ao falar dos benefícios das brincadeiras e como desempenha uma importante função para o desenvolvimento infantil, eles enfatizam que ela oferece habilidades necessárias que auxiliam no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e do desenvolvimento simbólico.

É nesta perspectiva de conceber a infância como etapa propulsora de transformações biológicas, sociais, psíquicas, físicas e cognitivas que ressaltamos a importância da escolarização como fator que eleva o desenvolvimento humano e enfatiza os direitos que estão implícitos e assegurados à criança.

## 2.2 A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PANORAMA NACIONAL CONFORME AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:

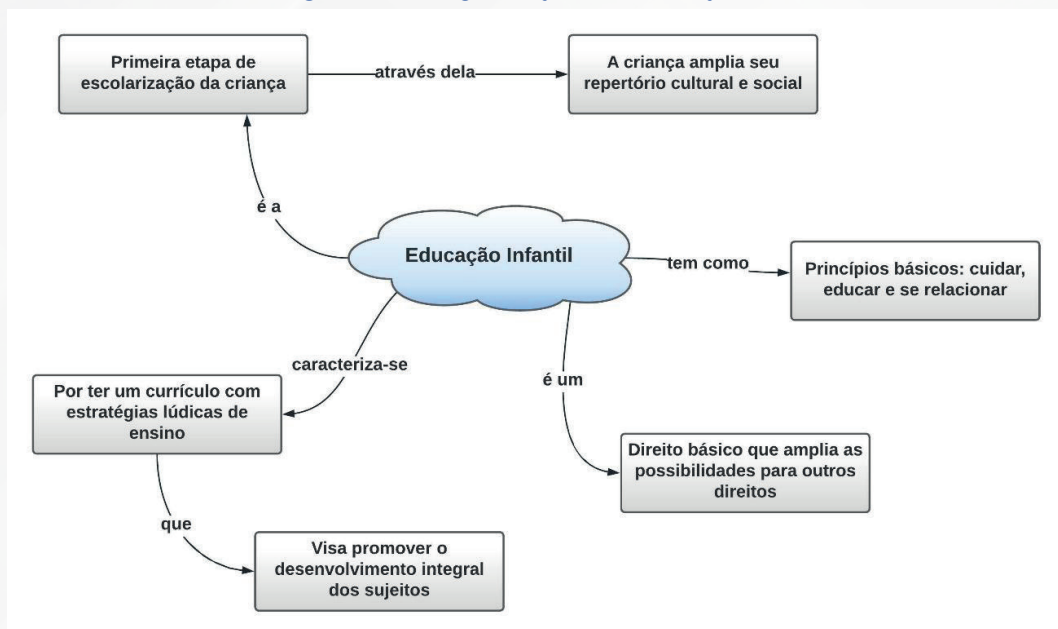
Conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205 a educação é um direito de todos e deve ser assegurada pela família e pelo estado visando promover o desenvolvimento integral do indivíduo, ou seja, baseada em valores sociais e o preparo para o mercado de trabalho.

Considerando a educação básica como um direito que pertence ao ser humano e sendo está dividida em três etapas: Educação Infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio, conforme regulariza a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, nº9394/96. De acordo com as disposições apresentadas nesta lei a educação abrange os processos de formação que se dá desde as relações familiares e se estende aos demais ambientes e instituições sociais. Já no que tange à educação infantil, a LDBEN enfatiza no artigo 29 que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL,1996)

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI, Brasil, 2009) é um documento que regulamenta e orienta esta etapa inicial de escolarização, colocando a criança como centro da prática pedagógica. Este documento organiza e prevê como princípios chaves que devem nortear a prática docente na educação infantil, os seguintes aspectos (fluxograma 1):<sup>2</sup> garantir a criança uma aprendizagem em articulação entre conhecimentos e linguagens variadas, como direito ao lúdico, saúde, cuidado, afeto e proteção. Nesta etapa, o currículo é composto por conhecimentos que são construídos e vivenciados a partir das experiências do próprio cotidiano das ações pedagógicas.

2 Fluxograma que esquematiza a organização e princípios básicos que norteiam a estrutura pedagógica na Educação Infantil.

### Fluxograma 1 – Organização da Educação Infantil



Fonte: A autora

Conforme registros das expectativas e estruturação da Educação Infantil apontada pela DCNEI (BRASIL,2009, p.19), para que tal aprendizagem seja efetivada é importante contemplar alguns eixos para sua organização: em relação a organização do espaço, tempo e materiais: o cuidar e o educar são componente indissociáveis as relações. As dimensões físicas, sociais, afetivas, motora e cognitiva são estimuladas e trabalhadas em conjunto e a criança é vista como um sujeito dotado de especificidades e particularidades, sendo compreendida de acordo com seu ritmo, modo de aprender e se relacionar. O espaço da sala de aula da educação infantil deve ser organizado de modo que os materiais, brinquedos e recursos estejam acessíveis a criança, este espaço também deve favorecer os deslocamentos e ter uma boa ventilação e luz adequada.

Em relação à proposta pedagógica da Educação Infantil, não se pode perder de vista a importância de valorizar a diversidade entre as culturas e etnias, o protagonismo infantil, promover o respeito as diferenças por

meio do diálogo e acolhimento, que devem ser contemplados pelos eixos do currículo com base nas interações e brincadeiras.

[...] “Portanto, o professor deve estabelecer um relacionamento pessoal com cada criança e basear este relacionamento no sistema social da escola. As crianças, por sua vez, não suportam passivamente sua experiência, mas também tornam-se agentes ativos em sua socialização, construída em parceria com seus companheiros. Suas ações podem ser entendidas como mais do que meras respostas ao ambiente social, podem ser consideradas como estruturas mentais desenvolvidas pela criança através da interação social.” (Edwards, Gandini, Forman, 2016, p.110)

Durante a primeira etapa de escolarização a criança é avaliada pelos seus registros tal como os desenhos e demais produções, interações e trocas entre os pares, bem como é fornecido do educador para as famílias relatórios que contém os progressos da criança, diferentemente das demais etapas de ensino, na educação infantil o foco da avaliação pedagógica não é quantitativo (provas e testes), e sim, tem uma abordagem qualitativa, em busca de dados descritivos do desenvolvimento, uma vez que nesta etapa a aprendizagem é consequência das trocas, do lúdico e das interações e brincadeiras.

Barbosa (2010) menciona as características de um currículo para a educação de bebês e crianças pequenas, segundo ela, essas práticas pedagógicas direcionadas à educação das crianças pequenas devem ter como estrutura as linguagens simbólicas com conteúdo culturais, possibilitando a articulação de diferentes linguagens culturais. Nesse sentido, a partir dessa perspectiva, é válido mencionar que o currículo da Educação Infantil deve ser composto por propostas dirigidas, mas também por oportunidades de construção de experiências e significados pela participação espontânea e autônoma da criança, tendo esta como o centro do processo educativo.

## 2.3 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA E GARANTIAS DE DIREITOS

Atualmente, de acordo com a organização e estrutura pedagógica da Educação Infantil estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) bem como pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é importante ressaltar os ganhos significativos para a extensão dos direitos pertencentes as crianças, garantias essas que se estendem a vida social, cultural e familiar.

Dentre os direitos da infância que são desdobramentos do acesso a escolarização podemos citar: o direito de conviver, brincar, conhecer, se expressar, cuidar e explorar os diferentes espaços e contextos, liberdades essas que se fundamentam na perspectiva de entender a criança como um sujeito histórico.

Com base nessa luta pelo direito à escolarização na primeira infância regida por princípios democráticos que priorizam o protagonismo infantil, mensuramos o conceito de Pedagogia da Infância e Pedagogia do Cotidiano<sup>3</sup> que dialogam entre si, apoiando modelos de ensino pautados na diversidade e valorização social dos sujeitos, bem como espaços propícios para interações, tecendo uma crítica a modelos de ensino reducionistas.

Dessa maneira, podemos identificar que paralelo à educação diversos direitos, garantias e especificidades individuais são respeitados e (re) afirmados, uma vez que, a escola é uma instituição social que sofre influências diretas da sociedade e de órgãos que a acompanha. Um exemplo prático e com certa recorrência é casos de crianças que frequentam escolas e que muitas vezes são desassistidas pela família no que tange à alimentação, higiene pessoal ou até mesmo alguns casos de violência, essas situações

3 Pedagogia da Infância é uma categoria discutida no livro “Pedagogia (s) da Infância: Dialogando com o Passado, Construindo o Futuro” dos autores Júlia Oliveira Formosinho; Tizuko Morchida Kishimoto, et. al, que discutem e traçam reflexões acerca de uma recontextualização da Pedagogia da Infância em que a participação da criança como sujeito ativo da aprendizagem transcorra aos modelos de transmissão.

são recorrentes, sobretudo, em escolas de comunidades carentes e que são afetadas por certas situações de vulnerabilidade social. Nesses casos, a escola além de assumir uma função de assegurar o acesso à educação, recebe também a função de uma agência que faz a mediação, zelando pelo cuidar, educar e proteger a fim de promover um ambiente mais saudável e propício para o desenvolvimento da infância, uma vez que a relação escola-família são complementos.

Conforme aponta a Declaração Universal dos direitos Humanos (1948) a escola é uma importante instituição de referência na educação e formação dos indivíduos, e sendo assim, esta não pode abrir mão das garantias e liberdades individuais. Ou seja, para que a educação seja estruturada é primordial fortalecer as condições básicas de saúde, moradia e proteção.

Embora, as leis estejam estruturadas a fim de tornar cada vez mais democrático o acesso ao direito de uma educação pública e de qualidade, é importante mensurar que muitas crianças, jovens e adolescentes ainda se encontram distantes desse direito. Conforme uma pesquisa publicada na reportagem por Mariana Tokarnia (repórter da Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2021), tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 aproximadamente 1,1 milhão de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estava fora da escola o que representa cerca de 2,7% dessa população. Em 2020 esse número saltou de 1,1 milhão para 5,1 milhões de acordo com um estudo lançado pelo Fundo Internacional de Emergência para as Nações Unidas da Infância (UNICEF), que alerta sobre os impactos da pandemia covid-19 e a exclusão escolar.

Através dos dados mencionados acima, ressaltamos a responsabilidade do estado (nação) para buscar na íntegra promover ainda mais o direito, acesso e permanência à educação e escolarização, uma vez que, tal acesso promove inúmeros benefícios sociais, culturais e intelectuais a criança e aos demais sujeitos. Resgatar e trazer “de volta” esses indivíduos que por alguns motivos foram excluídos ou ficaram no meio do trajeto da escolarização, é uma necessidade emergente para reafirmá-los enquanto pessoas providas de direitos sociais.

## 1.1 O ENSINO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

O processo de ensino-aprendizagem quando vinculado aos interesses e contextos de vida do educando, traz para dentro do desenvolvimento do sujeito memórias significativas, uma vez que, a criança se ver naquilo que aprende e produz.

Na educação infantil o lúdico pode se manifestar por meio de diferentes propostas e atividades, tais como: jogos, brincadeiras, música, contação de histórias, atividades de jardinagem, oficinas, entre outras. Quando o professor reconhece a importância de trazer para sua sala de aula e organizar esse ambiente de modo que a criança possa explorar e manipular diferentes objetos, ele dá aos sujeitos a possibilidade de interagir, socializar e se desenvolver a partir das relações de troca entre os pares e exploração do meio que está inserido.

Segundo Vygotsky (1989, p.42) (*apud* Sezerino, 2020) o brincar propicia aos sujeitos aspectos que influenciam na sua personalidade, através do brincar a criança aprimora sua afetividade, motricidade, criatividade e inteligência. Ou seja, através do lúdico e das brincadeiras a criança recria sua realidade por meio da fantasia e imaginação e expressa através dessas situações sua comunicação.

Gobbi (2010) ao relacionar a inserção das diferentes linguagens no currículo e cotidiano da Educação Infantil, explica como isso rompe com um padrão engessado de concepção curricular e possibilita o engajamento, exploração e vivências a partir das interações, materiais e objetos diversificados que colaboram para o protagonismo infantil. Segundo ela:

O trabalho que considere as diferentes linguagens das crianças implica, além de elaborar, para elas e com elas, ricos ambientes contendo materiais diversos, que se garanta também a aproximação da arte em suas formas: teatro, cinema, dança, exposições, literatura, música ampliando e reivindicando o direito às manifestações artístico-culturais além do contexto escolar, transpondo-o de modo corrente e constante. Para tanto, no decorrer desse texto procura-se apresentar idéias,

não apenas de práticas pedagógicas. Mais que ensinar a fazer, tem como propósito provocar a pesquisa em diversos meios de informação para ensejar práticas enriquecidas junto às crianças em um constante e necessário processo de formação docente que respeite os direitos das crianças. (GOBBI, p.2, 2010)

Araújo e Cardoso (2022) explicam sobre o papel da criança no processo investigativo, que, é constituído pelas diferentes formas peculiares que cada criança tem de conceber suas experiências com o mundo. Assim, o lúdico na Educação Infantil como meio de contribuir para o desenvolvimento integral da criança, deve ser inserido no contexto pedagógico a partir da escuta sensível, do interesse e da consideração daquilo que a criança pensa, uma vez que, são sujeitos históricos.

Fochi (2023), ao ressaltar sobre a importância de promover experiências lúdicas, a partir do próprio cotidiano, explica que, a escola precisa ser organizada para compor um espaço em que o viver, aprender e brincar seja possível através de cada interação construída. Para ele, a prática pedagógica na Educação Infantil sob uma perspectiva lúdica e que integre e potencialize as diferentes e múltiplas linguagens e dimensões humana, deve ser constituída por microtransições, que significa pensar nas transições entre uma atividade e outra, sem perder a essência das relações e das ações dos adultos e seus modos de relacionar com as crianças.

Nesse sentido, Fochi (2023) considera que, para uma proposta lúdica e integral de desenvolvimento na Educação Infantil, a documentação pedagógica é essencial para nortear o trabalho dos educadores, é através dela que permite o professor avaliar, refletir, problematizar, criar novas estratégias que atendam as reais necessidades das crianças para promover experiências enriquecedoras.

É por meio dos ganhos significativos que a proposta lúdica pode oferecer no desenvolvimento integral da criança, que a educação infantil, sobretudo, enfatiza a relação brincar – cuidar – educar como componentes indissociáveis para a escolarização na primeira infância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados e variáveis analisadas no decorrer deste trabalho, foi possível constatar que a Educação Infantil é uma importante etapa de escolarização na vida da criança. É através deste primeiro contato com a escola que o indivíduo ainda pequeno estabelece e amplia suas trocas e interações.

Observamos ainda através dos aparatos normativos (legislações), estudos e autores aqui mencionados que através do primeiro contato com a escola (direito público e comum a todos indivíduos), a criança tem dentro desse direito tantas outras garantias que provem da sua participação em uma instituição de ensino.

Por meio dessas análises, foi possível averiguar e refletir que a Educação Infantil é uma porta aberta que pode ampliar as vivências e contribuir com ganhos significativos na infância, podendo esse desenvolvimento se estender para toda vida e não ficar restrito ao ambiente escolar, expandindo-se também para o meio social e laboral. Porém, não podemos deixar de mencionar que as lutas em busca de uma Educação pública, gratuita de qualidade e com permanência de acesso para a primeira infância ainda é constante, uma vez que, como mostra os dados citados acima em muitas realidades e diferenças sociais, esse direito não chegou ou nem sequer parece existir.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Aparecida de; CARDOSO, Patrick Pacheco Castilho. A pesquisa *da e na* prática pedagógica: O papel da criança no processo investigativo. In: ANJOS, Cleriston Izidro dos; SANTOS, Solange Estanislau dos; SOUZA, Ellen de Lima, et.al.

**Infância(s) e Educação Infantil: pesquisas, docências e pedagogias.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: < <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/infancias-e-educacao-infantil-pesquisas-docencias-e-pedagogias/> > Acesso em: 19 de Setembro de 2025.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, SEB. 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)> Acesso: 14 de Abril de 2025.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso: 7 de março de 2025.

\_\_\_\_\_. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

BARBOSA, Maria Camem. ESPECIFICIDADES DA AÇÃO PEDAGÓGICA COM OS BEBÊS. **ANAI DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM**

**MOVIMENTO** – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <[https://amavi.org.br/arquivo/areas-tecnicas/educacao-desporto/freiavi/2014/As\\_Especificidades\\_da\\_Acao\\_Pedagogica.pdf](https://amavi.org.br/arquivo/areas-tecnicas/educacao-desporto/freiavi/2014/As_Especificidades_da_Acao_Pedagogica.pdf)> Acesso em: 15 de setembro de 2025.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**: Abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

FOCHI, Paulo. **Vida cotidiana e microtransições**: narrativas pedagógicas das escolas do observatório da cultura infantil -OBECI. 1ªEd. São Paulo: Diálogos embalados, 2023.

GOBBI, Márcia. MULTIPLAS LINGUAGENS DE MENINOS E MENINAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL. **ANAI DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO** – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: < <https://legado.moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=497684&forceview=1>> Acesso em: 16 de setembro de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. CIÊNCIA, TÉCNICA E ARTE: O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira Pesquisa; NETO, Otavio Cruz, et.al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 21ªed, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 16 maio 2025.

RIBEIRO, Elizabeth Da Cruz. **A prática pedagógica do professor mediador na perspectiva de Vigotsky**. 2007. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/7884421-A-pratica-pedagogica-do-professor-mediador-na-prespectiva-de-vigotsky.html>> Acesso em: 7 de março de 2025.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. 2011. Disponível em: <<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf> > Acesso em: 7 de março 2025.

SEZERINO, Camila. **A importância do Lúdico na Infância: Piaget x Vygotsky**. 2020. Disponível em: <<https://acaoediversao.com/a-importancia-do-ludico-na-infancia-piaget-x-vygotsky/>> Acesso: 23 de maio de 2025.

SILVA, Daniele Nunes Henrique Silva; ABREU, Fabrício Santos Dias de Abreu. **Vamos brincar de quê? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil**. São Paulo: Summus, 2015.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020**: suspensão de aulas presenciais foi uma das causas. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 29/04/2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>> Acesso em: 16 de maio de 2022.